

## A EMERGÊNCIA DE ATORES SOCIAIS SUBALTERNIZADOS NO ÂMBITO DA RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA

Prof. Dr. Marcos César Araujo Carvalho - UERJ  
mcesargeo@yahoo.com.br

### RESUMO

A América Latina vivencia, nas últimas décadas, uma ofensiva imperialista capitaneada pelos governos dos Estados centrais e pelas grandes corporações transnacionais. As ações do imperialismo desencadearam, por sua vez, uma resistência dos setores explorados, posicionando-os no papel de protagonistas sociais dos embates em curso e ensejando uma reconfiguração das relações de poder na região. O presente artigo analisa as recentes modificações nas relações de poder a partir das tensões resultantes do processo de recolonização sobre a América Latina e da emergência de atores sociais historicamente subalternizados.

**Palavras-chave:** América Latina, relações de poder, recolonização, atores sociais subalternizados.

### INTRODUÇÃO:

As lutas e os conflitos sociais são elementos constitutivos da história americana e estão presentes na mesma medida em que os territórios dos povos originários foram sendo suprimidos pelo projeto colonizador europeu.

A expansão territorial europeia sobre a América, iniciada no século XV, correspondeu à transposição para o “novo mundo” dos mecanismos de apropriação e das relações sócio-políticas engendradas pelos cristãos europeus no percurso das lutas que resultaram na expulsão dos muçulmanos da península Ibérica.

A conquista de novas terras e a ampliação do comércio possibilitaram a acumulação de riquezas e o crescente bem-estar das elites europeias. A expansão territorial europeia sobre o “novo mundo” foi o motor da própria expansão mundial do capitalismo e constituiu, no processo, o que denominamos de “sistema-mundo moderno-colonial” (Quijano e Wallerstein, 1992; Mignolo, 2001; Quijano, 2005a e 2005b; Porto-Gonçalves, 2006). A expansão do capitalismo, dessa forma, alimentou-se dos despojos da conquista e do extermínio de grandes contingentes

populacionais em função das guerras, das pestes e da completa desorganização civilizacional a que se seguiu o domínio dos povos americanos.

Na América Latina, as relações de poder são, em última instância, derivadas da expansão do modo de produção capitalista e da clivagem étnico-racial que se configurou no processo de colonização. Ambas fundamentam as contradições sócio-territoriais em curso. Os conflitos que eclodem a partir dessas contradições refletem os diferentes, e por vezes antagônicos, projetos de sociedade das classes e segmentos sociais dos Estados latino-americanos.

### **Antecedentes históricos: as relações de subordinação entre as classes dominantes periféricas e as classes imperialistas**

As elites *criollas*, de origem europeia, buscaram, desde o período colonial, reproduzir na América o modo de vida das elites metropolitanas, ao mesmo tempo em que necessitavam diferenciar-se social e culturalmente das populações originais como forma de justificar sua dominação.

A ideia de raça que se forja ao longo da colonização europeia da América permite a classificação e hierarquização das diferentes populações a partir de uma perspectiva eurocentrada (Quijano, 2005b). Os povos originários da América, assim como as populações negras tornadas escravas no “novo mundo” eram, nessa perspectiva, considerados inferiores ou até mesmo destituídos de humanidade. Desse modo, justificava-se a servidão, a escravidão, a apropriação de territórios e a sujeição política de povos estigmatizados como bárbaros, atrasados ou heréticos (Guimarães, 2003).

As elites *criollas* utilizaram o critério da discriminação étnico-racial para melhor exercer seu domínio sobre as populações pobres, dividindo os explorados (índios, afrodescendentes e brancos pobres) e incentivando o estabelecimento de uma hierarquia interna impregnada de preconceitos.

As lutas dos setores subalternizados – nos momentos em que as tensões e as contradições tornavam-se insustentáveis – foram devidamente invisibilizadas pelas elites que não reconheciam os direitos dos povos originários. Mas também, segundo Casanova (2006), deixadas em segundo plano pela maior parte daqueles

que lutavam contra a dominação imperialista ou até mesmo vistas como reivindicações específicas, de minorias étnicas (em alguns casos nem tão minoritárias assim), justas, mas sem a centralidade da luta de classes.

A colonialidade do poder assentada na classificação e hierarquização dos grupos sociais a partir da ideia de raça, que foi constitutiva da formação social latino-americana, relegou aos povos indígenas americanos e aos afrodescendentes um papel auxiliar, subalterno, tutelado política e socialmente pelas elites *criollas* que se encontram no topo da pirâmide social. Assim, a invisibilidade dessa população subalternizada expressava a sua ausência nos processos decisórios e na vida política desses Estados.

Nos Estados periféricos e semiperiféricos, as classes dominantes nacionais buscam obter o controle dos aparelhos estatais, locupletando-se dessa proximidade do poder como forma de garantir a sua reprodução social. Ao mesmo tempo, estabelecem uma relação de subserviência às classes dominantes imperialistas, comportando-se como sócias menores ou gerentes coloniais das burguesias metropolitanas e zelando internamente pelos negócios e interesses desses setores (Petras, 1980).

O antropólogo Darcy Ribeiro (1986) também já havia alertado para o comportamento e o caráter das classes dominantes ao analisar as formações sociais latino-americanas:

*As classes dominantes nativas (...) jamais formaram o cume de uma sociedade autônoma. Eram apenas um estrato gerencial que custodiava e legitimava a colonização. Uma vez independentizadas suas sociedades, o caráter exógeno dessas classes dominantes, forjado no período colonial, e seus próprios interesses induziram-nas a continuar regendo suas nações como cônsules de outras metrópoles. Para isso instituíram uma ordenação sócio-econômica e política adequada, com fundamento no latifúndio e no entreguismo (p. 20).*

Conjunturalmente, para garantirem sua estratégia de manutenção do poder de Estado e em função de características intrínsecas de cada economia, as classes dominantes nacionais adotam táticas diferenciadas de controle interno e de relacionamento com as burguesias dos países centrais. De acordo com Petras (1980):

*A expansão mundial do capital imperial pelas sociedades mais remotas incorporou na maior parte a burguesia nacional em suas redes: através de "empreendimentos conjuntos" (associações de investimento), acordos de patentes e licenciamento, empréstimos, crédito, comércio, a burguesia privada nacional integrou-se no sistema imperial, embora trave batalhas de retaguarda para evitar sua eliminação completa. (...) a classe capitalista privada nacional requer e apoia o capital estrangeiro, mesmo que tema algumas consequências (p. 80).*

As táticas utilizadas pelas classes dominantes dos países da América Latina são influenciadas por fatores como a dinâmica interna da luta de classes e a conjuntura política nos Estados vizinhos e no conjunto da região, que, em maior ou menor grau, influenciam-se mutuamente. Em uma escala mais ampla, o comportamento dessas elites nacionais é influenciado pelas suas relações com as classes imperialistas (e em especial com o imperialismo estadunidense) e, ainda, pelas condições macroeconômicas globais.

Tais referentes implicam, por sua vez, novos e diferenciados marcos de regulação interestatal a depender do grau de exigência do imperialismo no período e da capacidade que os governantes / classes dominantes locais têm em, ao mesmo tempo, obter o consentimento interno dos setores explorados e esquivar-se ou conectar-se às pressões dos agentes externos.

Em contrapartida, a classe trabalhadora e os segmentos sociais subalternizados têm obtido, progressivamente, maior consciência de que o atual momento histórico está atravessado por uma ofensiva imperialista dos Estados centrais e das corporações transnacionais.

Na avaliação de Iturbe (2005b), em função das pressões do imperialismo e da crescente organização e mobilização dos povos da periferia, *"(...) as burguesias dos países dominados pelo imperialismo ficam cada vez mais covardes, entreguistas e privatizadoras. É o resultado das profundas mudanças estruturais ocorridas na relação entre essas burguesias e o imperialismo nas últimas décadas"* (p. 72).

Ao analisar a relação das burguesias nacionais com o imperialismo no tocante às políticas de exploração de um dos mais importantes recursos naturais da América Latina, o petróleo, Iturbe denuncia também que *"(...) o papel cumprido hoje pelas grandes empresas estatais dos países produtores mostra que, em mãos da*

*burguesia nacional, essas companhias se transformam, por um lado, em fonte de usufruto das burguesias parasitárias rentistas e, por outro, continuam sendo parte do projeto imperialista” (p. 73).*

Os Estados centrais – com o apoio e a ação incisiva dos organismos multilaterais – têm se esmerado em impor um novo marco regulatório jurídico-político com vistas a tornar possível a ampliação do saque e do controle político e econômico sobre as periferias, legitimando-os. Assim, atuam de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais na perspectiva de viabilizar seus negócios. Essa recente ofensiva do imperialismo reconfigura as relações de poder na América Latina e seu conteúdo recolonizador desencadeia uma crescente resistência das massas subalternizadas, potencializando suas lutas e posicionando-as no papel de protagonistas sociais dos embates em curso. O recrudescimento dos ataques às condições de reprodução social dos setores mais empobrecidos das sociedades latino-americanas colocou em movimento um amplo setor de massas, que passou a reagir a esse processo de recolonização.

As lutas mais recentes refletem a crescente organização dos setores sociais subalternizados que progressivamente se mobilizam para exigir mudanças na estrutura social e de poder. A emergência desses atores sociais e sua pressão junto aos aparelhos de Estado impõem uma nova correlação de forças e um quadro adverso para a implementação dos projetos de poder e reprodução social dos setores hegemônicos.

Por outro lado, as grandes corporações e os governos dos Estados centrais buscam assegurar a submissão dos Estados latino-americanos para garantir a ininterrupção do fluxo de capitais, mercadorias e recursos naturais imprescindíveis às suas economias. Preocupam-se também com a possibilidade de ruptura da ordem institucional, buscando, junto com seus aliados burgueses locais, controlar o ímpeto revolucionário das massas e restringir as limitadas aspirações reformistas de alguns dos atuais governos da região, zelando para que os compromissos internacionais anteriormente firmados e a constitucionalidade estatal-burguesa não sejam quebrados.

## Os marcos da reconfiguração das relações de poder na América Latina

A reconfiguração das relações de poder em curso na América Latina encontra-se alicerçada, por um lado, nos mecanismos e agentes que impulsionam a recolonização na região e, por outro, nas resistências que se conformam ante as práticas imperialistas. A amplitude dessa reconfiguração pode ser dimensionada a partir das transformações econômicas e geopolíticas que tiveram lugar na América Latina nos últimos anos.

Os marcos principais desse processo, longe de constituírem condições isoladas, estão intimamente imbricados e não podem ser entendidos sem que estejam combinados com os demais. São eles: i) A perspectiva de uma crise econômica em escala global e suas consequências para a América Latina; ii) As mudanças na política externa dos Estados Unidos com o fim da Guerra Fria; iii) A experiência das massas latino-americanas com a aplicação das políticas neoliberais; iv) A emergência de atores sociais historicamente subalternizados; v) As situações revolucionárias que se abriram em alguns países da América Latina; vi) O recurso aos governos de frente popular, populistas de esquerda ou nacionalistas burgueses.

O primeiro desses marcos – e também o de caráter mais geral – diz respeito à **perspectiva de uma crise econômica em escala global**, ensejando um recrudescimento das ações do imperialismo sobre os países periféricos e semiperiféricos que se materializou na aplicação das políticas neoliberais, na abertura de mercados e na apropriação das riquezas naturais existentes.

De todo modo, essa ofensiva imperialista estadunidense e europeia sobre a América Latina insere-se no contexto das crises que eclodiram na década de 1970, fechando o ciclo do longo período de crescimento econômico pós-II Guerra Mundial. O cenário de crise econômica reduziu as taxas de lucro das burguesias e impôs às economias centrais recessões ou períodos de baixo crescimento, entremeados por curtas fases de recuperação. O temor frente à ocorrência de novas crises econômicas e a necessidade de recomposição das taxas de lucro a patamares próximos aos obtidos no *boom* econômico do pós-guerra promoveu, nas décadas seguintes, a aplicação de políticas neoliberais e uma intensificação das condições

de submissão dos Estados periféricos e semiperiféricos da região frente aos interesses dos setores hegemônicos.

É nesse contexto de crise econômica e ação mais efetiva do imperialismo que identificamos o processo de recolonização. Utilizamos esse termo para nos referirmos ao que vem ocorrendo nos países da América Latina, chamando atenção para o fato de que houve, nas últimas duas décadas, um salto qualitativo do imperialismo em relação à subordinação dos países da região, descartando na prática suas instituições de Estado, submetendo seus exércitos e polícias, propondo o fim de suas moedas, incluindo-os em tratados de livre comércio (TLC's), enfim, tratando de reduzi-los, com efeito, a um estatuto colonial.

Um segundo marco que consideramos importante corresponde às **mudanças na política externa dos Estados Unidos**. A transição de códigos geopolíticos da principal potência econômica e militar do planeta que vem sendo efetivada, sobretudo, a partir do fim da Guerra Fria, inaugura um novo papel para os Estados Unidos na nova ordem mundial. A substituição do código da contenção pelo da prevenção (Pina, 2007), associado ao novo papel assumido pelos Estados Unidos, enseja uma nova geografia do poder e um novo imperialismo no continente americano (Harvey, 2004b). Assim, pressupõe uma maior subordinação dos Estados latino-americanos aos Estados Unidos e mudanças significativas no âmbito político, econômico e militar, desnudando a recolonização em curso. As tentativas de implantação da Área de Livre Comércio das Américas e a efetivação dos Tratados de Livre Comércio são parte desse processo.

O reposicionamento dos efetivos militares com a disseminação de bases em pontos estratégicos para a geopolítica estadunidense na América Latina, bem como a atribuição de novos papéis para as forças armadas latino-americanas, deixa transparecer a intencionalidade de agir preventivamente e em associação com governos não-refratários às políticas do imperialismo no intuito de resguardar os seus interesses e negócios na região.

A contradição que abarca o processo está estampada no crescimento da reação à presença estadunidense em alguns desses Estados, alimentando perspectivas políticas locais que não necessariamente condizem com aquelas desejadas pela Casa Branca e dificultando, por consequência, as iniciativas de

obtenção de maior controle político, econômico e militar da região por parte dos Estados Unidos.

A reação à presença estadunidense – gerando um forte sentimento anti-imperialista – soma-se à **experiência das massas latinoamericanas com a aplicação das políticas neoliberais**. Depois de duas décadas de imposição da agenda neoliberal, o que significou para o conjunto dos países da América Latina a ampliação de suas já agudas contradições sociais internas, abre-se uma conjuntura de rechaço às políticas neoliberais e às instituições que materializam a aplicação dessas políticas. Os preceitos neoliberais tiveram como resultado um incremento das taxas de desemprego e o aumento das desigualdades sociais, com a população passando a identificar os governos eleitos dos seus países e o imperialismo como responsáveis pela queda brusca do seu nível de vida.

Por outro lado, um setor da classe dominante, com estreitas ligações com o imperialismo, beneficiou-se sobremaneira da aplicação das políticas neoliberais. Em virtude da ampliação do fosso social, a sustentação ideológica da “modernização neoliberal” deixou de fazer sentido às massas, que passaram a reagir à aplicação dessas políticas e a se contrapor aos projetos do imperialismo.

Todavia é importante alertarmos para as variações no tocante à intensidade, à temporalidade e aos mecanismos empregados para a aplicação das políticas neoliberais em cada Estado em particular e na região de conjunto, o que suscitou e ainda suscita, por sua vez, uma variedade de formas de resistência. Podemos considerar que o auge do processo se deu na década de 1990, quando a quase totalidade dos Estados latino-americanos estava tomada por governos de cunho neoliberal. Mas não negligenciamos que, mesmo sob a tutela de governos considerados de esquerda, nos últimos anos, haja uma continuidade na aplicação das políticas neoliberais, embora esse processo tenha encontrado obstáculos em função da reação das massas e de algumas derrotas pontuais do imperialismo.

É esse o “ambiente” que permite a compreensão das **recentes situações revolucionárias abertas na América Latina**. Apesar de detectarmos a reação das massas em praticamente todos os Estados nacionais da América Latina e mesmo nos Estados Unidos, com a eclosão de manifestações massivas, greves e crises de governabilidade, é fato inegável que em quatro países sul-americanos as massas



empobrecidas e mobilizadas estiveram em vias de tomar o poder de Estado (ou o fizeram por breves períodos). São eles: Equador, com uma sublevação camponesa-indígena (2000); Argentina, com a insurreição popular contra De La Rúa (2001); Venezuela, com a derrota do golpe militar contra Chávez (2002); e finalmente na Bolívia, com a “Guerra da Água” em Cochabamba (2000) e os levantes populares contra Goni (2003) e Mesa (2005).

Embora as insurreições tenham ocorrido motivadas por situações distintas, há alguns aspectos que são recorrentes nos países que vivenciaram esses processos, como o questionamento ao regime democrático instituído, o surgimento de mecanismos alternativos de poder (em alguns casos, como no Equador e na Bolívia, verdadeiros embriões de “poder dual”<sup>1</sup>) e um forte componente anti-imperialista.

A difusão do sentimento e de uma consciência anti-imperialista atingiu amplas camadas da população em função, dentre outros elementos, da política de saque dos recursos naturais, da presença militar estadunidense e do atrelamento da economia desses países às medidas de contingenciamentos impostas pelos Estados centrais e pelo Fundo Monetário Internacional, que se materializaram na dolarização de suas economias (Argentina e Equador), na diminuição dos gastos públicos com a chamada “área social” voltada para atender parte das necessidades das parcelas mais pobres e em uma maior drenagem de recursos por conta dos mecanismos da dívida externa.

A conjuntura aberta com a crise do capitalismo na América Latina e de sua perspectiva neoliberal, em particular, favoreceu a uma maior tomada de consciência por parte de populações que historicamente foram relegadas a uma condição de subalternidade. A entrada em cena dessas populações que, como vimos, foram

---

<sup>1</sup> Valemo-nos aqui de uma analogia traçada, principalmente, em comparação com a situação da Rússia entre as Revoluções de Fevereiro e de Outubro de 1917, na qual, segundo Moreno (2003): *“Abre-se uma etapa de subsistência do Estado burguês, porém completamente em crise. Esta crise é consequência do fato de que o movimento operário e de massas, mediante suas próprias instituições, mandava, tinha poder em muitos setores da sociedade, tanto ou mais poder que o Estado burguês. Os órgãos de luta e de poder do movimento de massas foram os Sovietes de operários, camponeses e soldados, os sindicatos e os comitês de fábrica. Os Sovietes eram organismos de poder ‘de fato’. Em alguns lugares, o povo fazia o que o Soviete ordenava, não o que ordenava o governo. Em outros lugares, era o contrário. Por isso, o chamamos de poder dual ou duplo poder”* (p. 47-48, grifo do autor). O mesmo pode ser observado no tocante ao papel que a própria COB (Central Operária Boliviana) havia desempenhado durante a revolução de 1952, constituindo-se em um sindicato revolucionário que se tornou, também, um organismo de poder dual.

protagonistas das situações revolucionárias recentes condiz com o quinto aspecto que gostaríamos de destacar no âmbito da reconfiguração: **a emergência de novos atores sociais**. Embora as situações revolucionárias tenham sido parcialmente derrotadas<sup>2</sup> pela reação e manobras das classes dominantes tradicionais apoiadas pelo imperialismo, é fato inegável que a mobilização, nos últimos quinze, vinte anos, de amplos setores sociais que até então não possuíam visibilidade política enseja uma nova correlação de forças no seio desses Estados e, por extensão, na conjuntura política do continente. A mobilização e a interlocução de povos indígenas, afrodescendentes, camponeses sem terra e de variados movimentos populares urbanos apontam para uma situação especial de questionamento das antigas territorialidades hegemônicas calcadas nas relações de poder no âmbito dos aparelhos de Estado.

A ação de novos atores sociais instrumentaliza – no mesmo passo em que por ela é alimentada – uma nova produção de ideias que questionam as antigas formas de poder fundadas em um modelo de Estado constituído à luz dos interesses e necessidades da tradicional classe dominante branca e de origem europeia. Alguns desses intelectuais, cuja produção é permeada pela compreensão das demandas e dos “diferentes olhares” que emergem com esses setores historicamente subalternizados e que se mobilizam, chegam mesmo a defender a necessidade de um “rompimento epistêmico” como forma de introduzir uma nova epistemologia do saber, do poder e do ser que se contraponha às perspectivas de mundo centradas no olhar europeu, moderno, da civilização ocidental judaico-cristã (Quijano, 2005b).

Há, porém, um sexto aspecto da reconfiguração das relações de poder – considerado aqui enquanto uma expressão distorcida desse processo – que é produto direto da situação conjuntural vivenciada na América Latina nos últimos anos (em especial fruto dos processos insurrecionais e do protagonismo de novos atores sociais): **o alçamento ao poder de típicos governos de frente-popular, populistas de esquerda ou nacionalistas burgueses**.

---

<sup>2</sup> Parcialmente derrotadas, pois as classes dominantes locais conseguiram, por diversos meios, contornar os momentos mais agudos desses processos, ou seja, os curtos períodos de crises revolucionárias (ARCARY, 2004).

Em situações onde as classes dominantes tradicionais já não conseguem mais impor o seu domínio e obter o consentimento dos setores explorados – que vêm com muitas desconfianças tais governos –, tem sido comum a busca por saídas pautadas na tática da reação democrática. Isso consiste em aceitar, por certo período, que determinados grupos mais simpáticos aos anseios das massas ou, até mesmo, oriundos da própria classe trabalhadora (ou do indigenato) e bastante identificados com essas, sejam alçados aos governos desses Estados.

Percebemos esse fenômeno como uma decorrência do quadro revolucionário que se abriu em alguns dos países da América Latina em anos recentes, onde, em função dos laços histórico-culturais, econômicos e políticos que permeiam os Estados da região, há uma relativa facilidade para que a situação específica em um determinado Estado acabe por “contaminar” e influenciar os desdobramentos políticos em seus vizinhos. Soma-se a isso o fato de que cada vez mais setores oprimidos buscam se organizar em um ambiente de crescente sentimento anti-imperialista. Como produto dessa combinação desdobra-se, nos últimos anos, uma situação em que a maior parte dos governos latino-americanos é identificada pelas massas como representantes de proposições políticas no campo da esquerda. A caracterização desses governos é um assunto bastante polêmico no amplo leque da esquerda mundial e há ainda uma grande confusão quanto ao seu significado.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

As insurreições na América Latina colocaram as massas na ofensiva e conseguiram derrotar parte dos projetos pró-imperialistas de entrega dos recursos naturais e de ampliação do saque econômico intermediados por suas classes dominantes nacionais. O imperialismo se viu obrigado a recuar, parcial e temporariamente, nos seus propósitos de saque e espoliação ante a mobilização das massas, mas tratou de obter as garantias de que os compromissos e a constitucionalidade estatal-burguesa não seriam quebrados.

As burguesias nacionais terminaram por defender, na maior parte dos países da América Latina, a manutenção do jogo democrático, pois sabem que podem estar

momentaneamente desalojadas do governo, mas continuarão com o controle do Estado. Desse modo, zelam para impedir mudanças no regime e para que os mecanismos de dominação, a partir do Estado, não sejam alterados em essência.

A abertura de situações revolucionárias e os efeitos da crise econômica em alguns dos Estados latino-americanos redefiniram as margens de atuação do imperialismo sobre as periferias. A depender da ofensiva das massas e do seu grau de organização, os planos do imperialismo podem ser contidos ou derrotados.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: Situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

CARVALHO, Marcos César. *Metamorfoses do Estado em um contexto neoliberal: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina*. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2010.

CASANOVA, Pablo González. *O colonialismo global e a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. Colonialismo interno [una redefinición]. In: *La teoría marxista hoy: Problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. In: DOS SANTOS, Theotonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Globalização, Guerra e Violência. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ITURBE, Alejandro. O fim do petróleo? In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 12. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermman, 2005a.

\_\_\_\_\_. A renda petroleira. In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 12. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermman, 2005b.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. In: SADER, Emir (coord.). *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005a.

\_\_\_\_\_. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005b.

MORENO, Nahuel. Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América. In: NOVACK, George. *Para comprender la Historia*. Bogotá: Editorial Pluma, 1977.

\_\_\_\_\_. *As Revoluções do Século XX*. São Paulo: Sundermann, 2003.

PETRAS, James. *Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo. Uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

\_\_\_\_\_. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PINA, Rodrigo. *Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?* Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: ADUFF/SSind. *Seminário: Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora* (dezembro de 2006). Niterói: ADUFF/SSind, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e HAESBAERT, R. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.

\_\_\_\_\_. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: *Estudos Avançados*, 19 (55), 2005b.

RETAMAR, Roberto F. *Todo Caliban*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

TAYLOR, J. Peter e FLINT, Colin. *Geografía Política: Economía-mundo, Estado-Nación y Localidad*. Madrid, España: Trama Editorial, 2002.

WELMOVICKI, José. América Latina na virada do século: Revolução ou Colônia In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 2. São Paulo: Koorkom, 2001.

\_\_\_\_\_. O imperialismo diante da crise econômica. In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 20. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2008.